

Administração Penitenciária e Ressocialização

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2018 SEAP/SETRE/SAEB, de 31 de janeiro de 2018.

Orienta os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual quanto aos procedimentos para a execução do Programa de Inserção de Apenados e Egressos no Mercado de Trabalho (PRÓ-TRABALHO), instituído pelo Decreto nº 14.764, de 03 de outubro de 2013.

O Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), o Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (SETRE) e o Secretário de Administração (SAEB), no uso das atribuições que lhes conferem o art. 23, da Lei nº 12.212/2011, o art. 12, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 10.454/ 2007, e o art. 12, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto 16.106/2015.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do Decreto nº 14.764/2013, no que concerne à distribuição de competências entre a SEAP e a SETRE e a instituição de procedimentos para operacionalização do programa;

CONSIDERANDO a necessidade de definição de competência da SAEB, no intuito de viabilizar a inclusão, nos editais de licitação de obras e serviços, da obrigatoriedade contida no art. 6º, do Decreto nº 14.764/2013.

RESOLVEM

expedir a seguinte **INSTRUÇÃO**:

1. Os procedimentos referentes ao Programa de Inserção de Apenados e Egressos no Mercado de Trabalho (PRÓ-TRABALHO), instituído pelo Decreto 14.764/2013, observarão as disposições desta Instrução Normativa e da legislação em vigor.

2. Para os efeitos dessa Instrução Normativa, entende-se por:

- 2.1. livramento condicional – a liberação do apenado após o cumprimento de parte da sanção penal aplicada em estabelecimento penal, desde que observados os pressupostos legais e sob certas condições previamente estipuladas;
- 2.2. período de prova – lapso temporal durante o qual o apenado ficará obrigado ao cumprimento das condições impostas judicialmente como garantia de sua liberdade;
- 2.3. anistia – ato do Congresso Nacional, conforme previsão constitucional, que extingue a punibilidade (vide art. 107, II do Código Penal);
- 2.4. indulto – ato do Presidente da República que extingue completamente a punibilidade (indulto pleno) ou diminui a pena (indulto parcial);
- 2.5. regressão de regime – ocorre quando o condenado é transferido de um regime de cumprimento da pena mais brando para outro mais severo;
- 2.6. pena restritiva de direito – sanção penal imposta em substituição à pena privativa de liberdade, conforme previsto no art. 43 e seguintes do Código Penal Brasileiro.

3. Constitui público alvo do Programa PRÓ-TRABALHO:

- 3.1. o egresso do sistema penitenciário, assim considerado:
 - 3.1.1. o que tenha sido liberado definitivamente, pelo prazo de um (01) ano, a contar da data da saída do estabelecimento prisional;
 - 3.1.2. o que esteja no gozo do benefício de livramento condicional, durante o período de prova, nos termos do art. 26, inciso II e do art. 131 e seguintes da Lei de Execução Penal, e alterações posteriores, e do art. 83 e seguintes do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores;
- 3.2. o que cumpre pena em regime semi-aberto ou aberto, nos termos do art. 33 e seguintes do Código Penal Brasileiro e do art. 19, parágrafo único, do art. 82 §1º e dos arts. 36, 89, 91 a 95, e 110 a 119, todos da Lei de Execução Penal;
- 3.3. o anistiado e o indultado há até 01 (um) ano, a contar da data de saída;
- 3.4. o desinternado, nos termos do art. 97, §3º, do Código Penal.

4. Também poderá ser beneficiário do programa PRÓ-TRABALHO o apenado cuja pena privativa de liberdade tenha sido convertida em pena restritiva de direitos, nos termos dos arts. 43 e 44 do Código penal Brasileiro.

5. A avaliação psicossocial dos beneficiários do programa PRÓ-TRABALHO indicados nos subitens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, será realizada pela SEAP, dentro das unidades prisionais.

6. A avaliação psicossocial dos beneficiários do programa PRÓ-TRABALHO indicados no item 4 será realizada pelas equipes técnicas multidisciplinares de Serviço Social, Direito e Psicologia da Centro de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – CEAPA.

7. O PRÓ-TRABALHO consiste em ações conjuntas entre a SETRE e a SEAP, mediante:

7.1. participação em cursos de qualificação social e profissional;

7.2. alocação no mercado de trabalho por meio de aproveitamento das habilidades profissionais anteriormente desenvolvidas ou daquelas criadas após frequência regular nos cursos de qualificação disponibilizados pela SETRE;

7.3. estímulo à participação das pessoas identificadas a que se refere o Decreto nº 14.764/2013, bem como da população carcerária, em atividades laborais que comprovem suas qualidades pessoais, de maneira a contribuir com sua gradativa reinserção no meio social;

7.4. avaliação psicossocial dos beneficiários das ações previstas no Decreto nº 14.764/2013.

8. Compete:

8.1. À Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP:

8.1.1. fazer o cadastramento das pessoas aptas a serem beneficiárias do programa PRÓ-TRABALHO para fins de elaboração da lista de que trata o subitem 8.1.2;

8.1.2. encaminhar, periodicamente, lista contendo a relação de pessoas aptas a serem beneficiárias do programa PRÓ-TRABALHO para que a SETRE verifique se o beneficiário será cadastrado no Serviço de Intermediação para o Trabalho – SINEBAHIA ou junto à Superintendência de Economia Solidária – SESOL;

8.1.3. acompanhar o desempenho dos beneficiários do programa PRÓ-TRABALHO junto aos empreendimentos de economia solidária e às empresas que os tenham contratado, através de cada unidade prisional e CEAPA;

8.1.4. certificar, em caso de dúvida do gestor do contrato, que o beneficiário contratado pela empresa nos moldes do art. 6º do Decreto nº 14.764/2013, insere-se em uma das categorias a que se refere o item 3;

8.1.5. emitir atestado informando a inexistência de beneficiário do programa PRÓ-TRABALHO que se enquadre ao perfil da vaga disponibilizada.

8.2. À Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE:

8.2.1. intermediar a alocação dos beneficiários do programa PRÓ-TRABALHO em vagas que venham a ser solicitadas por empresas contratadas pelo Estado da Bahia;

8.2.2. disponibilizar aos beneficiários do programa PRÓ-TRABALHO, vagas nos cursos e atividades de qualificação social e profissional que oferece aos demais cidadãos, adequando, quando possível, a vocação profissional das pessoas identificadas à disponibilidade da grade de opções de cursos e à demanda do mercado de trabalho local;

8.2.3. orientar os beneficiários do PRÓ-TRABALHO na constituição de novos empreendimentos de economia solidária ou inclui-los em empreendimentos já existentes.

8.3. À Secretaria da Administração – SAEB:

8.3.1. colaborar, dentro de sua competência regimental, para a implementação do programa PRÓ-TRABALHO, inclusive no que diz respeito à construção e aperfeiçoamento dos editais de Licitação de obras e serviços.

9. Dentro da estrutura da SEAP, caberá aos seguintes órgãos fazer o cadastramento e encaminhamento para a SETRE da lista dos beneficiários do programa PRÓ-TRABALHO:

9.1. a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas - CEAPA e Núcleos do interior do Estado, com relação aos cumpridores de penas restritivas de direitos;

9.2. a Coordenação de Atividade Laborativa de cada unidade prisional, com relação aos demais beneficiários do programa PRÓ-TRABALHO;

9.3. Cada unidade prisional e a CEAPA serão responsáveis pelo cadastro dos seus apenados, cuja lista respectiva será enviada à Superintendência de Ressocialização Sustentável (SRS) para que seja encaminhada à SETRE.

10. As atribuições referidas no subitem 8.1 serão realizadas por meio das Coordenações de Atividade Laborativa das unidades prisionais e equipe técnicas multidisciplinares da CEAPA.

11. A fiscalização quanto ao cumprimento do programa PRÓ-TRABALHO, no tocante às empresas contratadas, caberá ao Órgão contratante.

12. Os certificados referidos no subitem 8.1.4. serão emitidos pela respectiva unidade prisional ou pela CEAPA, conforme suas respectivas competências.

13. Para que se alcancem os objetivos contidos no Decreto nº 14.764/2013, fica determinada aos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual a obrigatoriedade da utilização de editais de licitação de obras e serviços, conforme plano de implementação a que se refere o item 14.

14. A SEAP e a SAEB definirão, conjuntamente, o plano de implementação do programa PRÓ-TRABALHO, indicando quais obras e/ou serviços serão gradativamente objeto de licitação contendo cláusula de exigência de disponibilização de vagas de trabalho aos beneficiários indicados no item 3, de acordo com a seguinte proporção:

14.1. quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do contrato for igual ou menor que 05 (cinco), será facultado às empresas contratadas realizar a contratação de que cuida o programa PRÓ-TRABALHO;

14.2. quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do contrato estiver entre 06 (seis) e 19 (dezenove), haverá disponibilização de, no mínimo, 01 (uma) vaga;

14.3. quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do contrato for de 20 (vinte) ou mais, haverá disponibilização de 5% (cinco por cento) das vagas existentes.

14.4. Quando a razão entre o número de trabalhadores da empresa contratada e o percentual referido acima (5%) for acima do número inteiro, será considerado, para fins de contratação dos trabalhadores do programa PRÓ-TRABALHO, o número inteiro desconsiderando-se a fração.

15. Nos editais que prevejam a utilização de mão de obra do programa PRÓ-TRABALHO deverá constar cláusula determinando que, havendo falta ao trabalho ou desligamento do beneficiário do programa PRÓ-TRABALHO da empresa que o contratou, esta deverá providenciar a comunicação imediata de tal fato ao fiscal do contrato que, por sua vez, deverá, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, repassar tal comunicação à Diretoria de Integração Social/Superintendência de Ressocialização Sustentável/SEAP, observando-se, ainda, que:

15.1. após o desligamento do beneficiário do programa PRÓ-TRABALHO, a empresa contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para providenciar o preenchimento da vaga em aberto, com o auxílio da SETRE, o que será objeto de acompanhamento por parte do fiscal do contrato;

15.2. não havendo candidato apto para o preenchimento da vaga disponível, caberá à SETRE emitir atestado com tal informação, entregando-o à empresa contratada, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação acerca da necessidade de contratação de novo beneficiário do programa PRÓ-TRABALHO;

15.3. Caso a SETRE não cumpra com o prazo estabelecido no subitem 15.2 fica a empresa contratada permitida a preencher a vaga com terceiros não indicados no item 3.

16. Em caso de regressão do regime de cumprimento da pena do empregado beneficiário do programa PRÓ-TRABALHO ou de qualquer outro fato que possa ensejar o seu desligamento da empresa que o contratou nos termos do Decreto nº 14.764/2013, esta deverá providenciar o preenchimento da vaga surgida, observando os mesmos prazos e procedimentos do item 15.

17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO - SEAP

SECRETÁRIO DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTES - SETRE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO - SAEB